

# **REPRESENTANTE DE PAIS NO COLEGIADO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CONTROLE SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**JANAÍNA TEIXEIRA PORTO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

jartesfestas@gmail.com

**JOSIAS BENEVIDES DA SILVA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

jbenevides@uneb.br

## **INTRODUÇÃO**

A gestão democrática da educação constitui um princípio fundamental da educação pública brasileira, estando prevista na Constituição Federal de 1988 e reafirmada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/1996, voltadas à participação da comunidade escolar nos processos de decisão, Esse princípio estabelece a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisão, buscando garantir maior transparência, corresponsabilidade e compromisso coletivo com a qualidade da educação pública.

Assim sendo é uma maneira eficaz de se ter o engajamento de toda a comunidade escolar em meio as decisões que são tomadas no cotidiano da escola. A participação da comunidade na educação já era pensada como lei e como princípio da gestão democrática do ensino público como aponta na Constituição de 1988 no artigo 205, Brasil (1996), que considera a educação como direito de todos, sendo dever do Estado e da família e incentivado pela sociedade.

Segundo Dourado (2006, p. 87) “A luta pela gestão democrática implica lutar pela garantia da autonomia da unidade escolar, implementação de processos colegiados nas escolas, e a garantia do financiamento pelo poder público.” O colegiado é entre outros um instrumento para assegurar que as políticas públicas sejam cumpridas nas vozes fiscalizadoras de seus representantes, na contribuição e construção de documentos escolares.



Nesse contexto, os colegiados escolares surgem como importantes espaços de diálogo, deliberação e controle social das políticas educacionais no âmbito das escolas, incluindo pais como um dos representantes no colegiado escolar para o envolvimento nas decisões e acompanhamento da escola dos seus filhos. o Colegiado deve ser o órgão máximo afirmando seu papel político, transformando a realidade da comunidade, com função, deliberativa, consultiva e fiscalizadora que no Art. 26 “O Colegiado Escolar tem como finalidade básica ampliar os níveis de participação na análise dos projetos e acompanhar as atividades técnico-pedagógicas e administrativo financeiras das Unidades” (Guanambi, 2013, p. 13).

Os colegiados escolares são espaços institucionais que reúnem representantes de diferentes segmentos da comunidade escolar, como gestores, professores, funcionários, estudantes e pais ou responsáveis. Sua função é contribuir para o acompanhamento das ações pedagógicas, administrativas e financeiras da escola, fortalecendo o princípio da gestão democrática e ampliando a participação da comunidade nas decisões que envolvem o cotidiano escolar.

O Colegiado Escolar será constituído por representantes dos segmentos da comunidade escolar e local, com eleição direta pelos seus representantes no mandato de dois anos podendo ser reconduzido por igual período assegurando a participação: da direção da Unidade Escolar, através do diretor, do corpo docente e especialistas em educação, através dos professores e/ou coordenadores pedagógicos, do corpo administrativo, através dos servidores públicos da unidade escolar em efetivo exercício, do quadro permanente, de preferência, ou temporário, do corpo discente, através de alunos a partir de 10 anos, regularmente matriculados e frequentando a unidade escolar, dos pais de alunos ou seus representantes legais, da comunidade local, através de entidades sociais organizadas e presentes nas imediações da unidade escolar.

No entanto, apesar da importância atribuída à participação da comunidade, relevância no campo das políticas educacionais, a participação efetiva da comunidade, especialmente dos pais e responsáveis, ainda enfrenta diversos desafios. Entre eles destacam-se a falta de informação sobre o funcionamento das políticas públicas educacionais, a baixa cultura de participação social, as dificuldades de comunicação entre escola e comunidade e, em alguns casos, a pouca valorização dos espaços coletivos de decisão. A sensibilidade de respeito à opinião dos pais para manter uma escola de



qualidade com base nas preferências e acolhimento dos representantes em que foi votado para estar na posição de representar um segmento importante da escola, que são os pais. Ainda existem desafios relacionados à efetiva atuação dos representantes de pais e responsáveis nesses espaços, e as disputas de poder para manter as decisões sobre o poder de minorias que visam a política e exclui as minorias de projetos educacionais presentes na sociedade que atrapalham as decisões do colegiado.

Ao lado dessa questão, um importante elemento tem sobressaído que, embora tenha a ver com o conceito de participação enquanto instrumento de controle democrático do Estado, extrapola-o, em certo sentido: trata-se da percepção de que, para funcionar a contento, a escola necessita da adesão de seus usuários (não só de alunos, mas também de seus pais ou responsáveis) aos propósitos educativos a que ela deve visar, e que essa adesão precisa redundar em ações efetivas que contribuam para o bom desempenho do estudante. (Paro, 2023, p. 33).

Diante desse cenário, torna-se fundamental refletir sobre as experiências concretas de participação da comunidade escolar nos processos de gestão da educação básica. Sendo assim, este trabalho apresenta o relato de experiência de uma representante de pais no colegiado escolar de uma escola da rede pública municipal, destacando as vivências, desafios e contribuições dessa participação para o fortalecimento da gestão democrática e para o acompanhamento das políticas educacionais no âmbito da educação básica.

A experiência vivenciada possibilita compreender como se constroem, na prática, os processos de participação, diálogo e tomada de decisões coletivas no interior da escola. O estudo tem como objetivo promover a socialização, o diálogo e a análise crítica de experiências relacionadas à participação da comunidade escolar como representante do segmento pais na gestão educacional, contribuindo para a reflexão sobre as políticas públicas de educação e os processos de democratização da escola.

O estudo está inserido no debate sobre o tema “Democracia, Soberania e Educação: o Estado, as Políticas Públicas e os Projetos em Disputa”, considerando que a escola pública é um espaço em que diferentes concepções de educação e projetos de sociedade se manifestam. Dessa forma, discutir a participação dos pais da comunidade escolar na gestão da instituição educativa também significa discutir os caminhos para o fortalecimento da democracia na educação.



## DE REPRESENTANTE DE PAIS DO COLEGIADO PARA AS ESCOLAS

A experiência que aqui relato mostra a minha participação, vivência de democracia e controle social na educação básica como representante de pais no colegiado escolar, no espaço em que meus filhos estudaram e estuda, espaço institucional de gestão participativa e coletiva que reúne diferentes segmentos da comunidade escolar, incluindo direção, professores, estudantes, funcionários e famílias, com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões relacionadas ao funcionamento da escola.



“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”

Paulo Freire

Durante o meu período de atuação de 2024 a 2026, participei das eleições, assembleias, reuniões formativas, deliberativas, consultivas e avaliadora, nos quais foram discutidos temas relacionados à organização pedagógica da escola, horário de funcionamento, à aplicação de recursos financeiros e materiais, estrutura da escola, acompanhamento de projetos educacionais e à avaliação de ações desenvolvidas pela instituição, sendo três reuniões rotineiras, três ordinárias, duas assembleias e uma reunião extraordinária.

A minha motivação a participar do colegiado foi querer uma escola de qualidade para meu filho participando como representante na promoção de uma escola que atendesse a comunidade em que eu moro com todos os atributos possíveis para as crianças da comunidade, sendo ela carente e sabendo que a base da educação transforma vidas de muitas pessoas da comunidade, beneficia a todos que por ela passam, valoriza o espaço local e fortalece os vínculos e parcerias para um futuro promissor dentro da escola.



Nesse percurso como representante de pais me propus a ajudar a escola em projetos, estudos, reuniões até ter me tornado na eleição pelos representantes do colegiado como vice-presidente, o que não mudou em nada no meu compromisso e participação com o objetivo de fazer uma escola pública de qualidade para o meu filho, o mesmo objetivo que me estimula a lutar pelos direitos da educação para crianças de famílias carentes, sempre com o pensamento de que a escola pública pode ser qualificada e atender a comunidade de modo transformador.

Essa participação possibilitou ampliar o diálogo entre a escola e as famílias, fortalecendo o processo de escuta das demandas da comunidade e promovendo maior transparência nas decisões administrativas e pedagógicas. Além disso, a presença dos pais no colegiado contribuiu para a construção coletiva de soluções para problemas enfrentados no cotidiano escolar, muitas vezes acompanhados pelas crianças filhos dos representantes que ali também participavam, não de forma explícita, mas implícita, pois as decisões ali tomadas eram para eles por meio de nós.

A presença da representante de pais nesse espaço possibilitou ver o processo de diálogo entre a escola e a comunidade, as decisões contrárias e as que são positivas, dificuldades de chegar a um consenso, e prolongação de decisões que poderiam ser feitas em determinado espaço de tempo, a dificuldade em aceitação das opiniões dos pais, não por meio da gestão, mas por outros que não estavam ali pelo mesmo interesse que o meu, se vê outros interesses como jogo de poder e política. Entre os temas frequentemente abordados nas reuniões estavam questões relacionadas à participação dos pais, à melhoria das condições do espaço, à organização de eventos escolares e à necessidade de fortalecer a parceria entre escola e comunidade.

Outro aspecto importante observado durante a experiência foi o papel do colegiado escolar como espaço de formação cidadã. A participação nas reuniões possibilitou à representante de pais compreender melhor o funcionamento da escola pública, as políticas educacionais que orientam as ações da instituição e os desafios enfrentados pela gestão escolar na implementação dessas políticas, que quando buscam um colegiado ativo, tem que lidar com situações contraditórias de interesses que não beneficiam o ambiente da



escola, tendo essa visão percebi o que pode fazer com que tantos outros colegiados não funcionem como deveriam, pelas dificuldades nas relações e as decisões dos representantes chegarem a um consenso e ainda as opiniões diversas de quem participa das reuniões mas não está no quadro dos representantes escolhidos pela eleição.

Nesse processo, foi possível perceber que a participação da comunidade contribui para tornar as decisões mais transparentes e compartilhadas, fortalecendo o sentimento de pertencimento em relação à escola. Ao mesmo tempo, a presença dos pais no colegiado favorece a construção de relações de confiança entre escola e comunidade, ampliando as possibilidades de cooperação e participação nas atividades educativas.

Entretanto, também foram identificados desafios relacionados à efetivação da gestão democrática, como a necessidade de ampliar a participação das famílias, superar a cultura de centralização das decisões e fortalecer a formação dos membros do colegiado para o exercício do controle social e da gestão democrática, em alguns casos, ações pode limitar o potencial participativo do colegiado.

Para que a gestão democrática se consolide de forma efetiva, é fundamental que os diferentes segmentos da comunidade escolar tenham acesso às informações necessárias para participar das discussões e decisões de maneira consciente e crítica e que as ações sejam conjuntas e com o mesmo objetivo de tornar a escola um espaço transformador, público, gratuito e com qualidade promovendo o bem.

Nesse sentido, a experiência demonstra que a participação dos pais no colegiado escolar representa uma importante estratégia de fortalecimento da democracia na escola e de construção de uma educação pública comprometida com os interesses da comunidade. Além disso, é importante reconhecer que a escola pública está inserida em um contexto mais amplo de disputas de projetos educacionais e de políticas públicas, os espaços de participação coletiva, como os colegiados escolares, tornam-se fundamentais para garantir que a comunidade tenha voz na definição dos rumos da educação e na defesa de uma escola pública democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Contudo, quando há abertura para o diálogo e para a participação coletiva, o colegiado escolar pode se tornar um espaço significativo de construção democrática, no qual diferentes perspectivas são consideradas na busca por soluções para os desafios enfrentados pela escola.



## CONCLUSÕES

A experiência relatada evidencia que a participação de representantes de pais no colegiado escolar contribui significativamente para o fortalecimento da gestão democrática e para a construção de processos mais participativos na escola pública. A participação dos pais e responsáveis nos espaços de gestão da escola pública, especialmente nos colegiados escolares representam importantes instrumentos de fortalecimento da gestão democrática, possibilitando a participação da comunidade nos processos de tomada de decisão e no acompanhamento das ações desenvolvidas pela instituição de ensino.

Ao possibilitar o diálogo entre diferentes segmentos da comunidade escolar, o colegiado se configura como um espaço importante para o acompanhamento das políticas educacionais, para a tomada de decisões coletivas e para o exercício da cidadania.

A atuação da representante de pais no colegiado escolar demonstrou que a participação da comunidade contribui para ampliar o diálogo entre escola e famílias, promover maior transparência nas decisões e fortalecer o compromisso coletivo com a qualidade da educação.

Além disso, o colegiado escolar se revelou como um espaço de aprendizagem e formação cidadã, no qual os participantes têm a oportunidade de compreender melhor o funcionamento das políticas educacionais e os desafios enfrentados pela escola pública.

Contudo, para que essa participação seja efetiva, é necessário investir na formação dos membros do colegiado, incentivar a participação da comunidade e garantir condições institucionais que favoreçam o funcionamento para o funcionamento desses espaços de gestão participativa, para que esses espaços cumpram plenamente seu papel.

Dessa forma, fortalecer os colegiados escolares significa também fortalecer a democracia na educação, ampliando o controle social sobre as políticas públicas e contribuindo para a construção de uma escola pública mais inclusiva, participativa e comprometida com a qualidade social da educação e para essa efetivação participativa é necessário interesses comuns ao bem da escola, das aprendizagens e das crianças que atendem, compreendendo os pais e dando voz e vez nas reuniões e no engajamento com a escola com compromisso de quem busca uma educação para seus filhos de forma emancipatória e consciente. Surgem questões a serem pesquisadas, como e o que pensam



os pais quando participam dos colegiados, se são respeitados, ouvidos ou e porque não participam.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei nº 9.394/1996.

DOURADO, Luiz Fernandes, et al. **Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

GUANAMBI. **Regimento Escolar Unificado.** Secretaria Municipal de Educação: 2013

PARO, Vitor Henrique. **Gestão, política, economia e ética na educação.** São Paulo: FEUSP, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2013.

